


**AO ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA NOVACAP - COMPANHIA
URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL**

Referência: Edital de Pregão Eletrônico nº 017/2019 | Processo 112.00024621/2018

Objeto: Empresa especializada para desenvolver estudos, apresentando o Relatório de Investigação de Passivo Ambiental (RIPA) - Etapa detalhada e Análise de Risco (à Saúde humana), conforme a Instrução normativa IBRAM nº 213/2013

INSTITUTO GEMOLOGICO DO BRASIL LTDA. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.071.218/0001-98, com sede na CLN 103 Bloco B Sala 18 - Asa Norte - CEP 70732-520 Brasília/DF, por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea a, inciso I, art. 109, da Lei nº 8.666/93, à presença de Vossa Excelência, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

PROTOCOLO GERAL
NOVACAP
RECEBIDO
EM 03/05/2019
ÀS 17:58 HORAS
ASS. 
MAT. 73.438.1

Contra a decisão desta Comissão de Licitação que declarou vencedora a licitante **RAIZ CONSULTORIA HÍDRICA E AMBIENTAL LTDA**, conforme razões descritas neste recurso.

I - DA INCLUSÃO DE NOVO PROFISSIONAL NA CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO (CRQ) DA EMPRESA

Observe que o geólogo Fabricio Passos Fortes foi incluído na CRQ da empresa em 27 de maio de 2019, mesmo dia da desclassificação da 2ª colocada no certame (Ambiental Tecnol Consultoria EIRELI) e **34 dias após a ABERTURA DAS PROPOSTAS** (data da disputa do Pregão Eletrônico, em 23/04/2019).

NOME: FABRICIO PASSOS FORTES

TITULO: GEOLOGO

~~INFORMAÇÃO DE INCLUSÃO DO GEÓLOGO FABRICIO PASSOS FORTES NA CRQ DA EMPRESA~~

CARTEIRA: 37842/D EXPEDIDA EM 02/05/2017 PELO CREA-SE

RNP: 2716408211

VISTO 49179 EM 08/11/2017

Figura 01 - Inclusão do geólogo Fabricio Passos Fortes na CRQ da empresa.

Importante salientar que o **Edital de Pregão Eletrônico nº 017/2019** estipula em seus Itens 3.8, 5.5 - alínea "g" e 6.19, que as licitantes devem manifestar que possuem pleno conhecimento das exigências previstas no Edital e declarar que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação e que caso seja verificado, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a proposta será desclassificada, conforme podemos constatar a seguir:

3.8. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem pleno conhecimento das exigências previstas no Edital e declarar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação conforme anexo VI. (grifo nosso)

5.5. A (s) empresa (s) vencedora (s) deverá (ão) protocolar (em) sua (s) proposta (s) juntamente com a (s) documentação (ões) de habilitação, (...)

devendo a (s) proposta (s) conter (em):

(...)

g) Conter declaração de ciência nos termos do modelo do Anexo IV, que por intermédio de seu representante legal **DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação**, bem como apresenta sua proposta com indicação do objeto e do preço oferecida os quais atendem plenamente ao edital; (grifo nosso)

6.19. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a proposta será desclassificada.
(grifo nosso)

Assim como dispõe o **Decreto nº 5.450/2005**, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências:

Art. 21. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
(...)

§ 2º Para participação no pregão eletrônico, o **licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação** e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º A **declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.** (grifo nosso)

Desta forma, infere-se que, se a atual licitante declarada vencedora tivesse sido a arrematante inicial da licitação (1ª colocada), ela não estaria habilitada com a documentação disponível pela mesma naquele momento. E mesmo que fosse a 2ª colocada, ainda assim não estaria apta, visto que tal fato ocorreu em 09/05/2019 e atual vencedora (3ª colocada) adequou sua CRQ, com a inclusão do geólogo Fabricio Passos Fortes, somente em 27/05/2019, decorrendo 34 dias após a abertura das propostas.

Neste ponto a lei 8.666/93 é expressa ao estabelecer o momento em que se exigirá a presença de determinado profissional nos quadros permanentes da licitante:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: **comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;**

Portanto, declarar a 3ª colocada como vencedora seria o mesmo que "conceder prazo extra" fora do período de habilitação, o qual a 1ª e 2ª colocadas não tiveram, sendo desclassificada pelo mesmo motivo, qual seja, problemas relacionado a CRQ da empresa.

Ademais, qualquer decisão em contrário seria um desrespeito frontal ao caput do Art. 3º da Lei 8.666/1993, que estabelece que:

"A licitação destina-se a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Assim como o Art. 61, inciso VII, alínea "f" do **Regulamento de Licitações da NOVACAP**:

Art. 61. As fases de lances, de desempate, de negociação e de apresentação das propostas e de documentação, observarão, além do previsto em Edital, as seguintes regras:

(...)

VII - após o julgamento dos lances ou propostas, o Presidente da CPL promoverá a verificação de sua efetividade e desclassificará as propostas que:

(...)

f) apresentem desconformidade com outras exigências do Edital, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a **atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes**.

(grifo nosso)

Em respeito ao princípio constitucional da Isonomia, será totalmente desigual desclassificar esta recorrente (e também a 2ª colocada no certame) e não desclassificar a atual empresa arrematante, visto se tratar da mesma situação para ambas as

empresas, ou seja, a Certidão de Registro e Quitação apresentada no certame não atende o Edital.

II - DO PEDIDO

Com fundamento nas razões apresentadas, requer-se o provimento do presente recurso, para que a licitante **RAIZ CONSULTORIA HÍDRICA E AMBIENTAL LTDA** seja desclassificada do presente certame.

Brasília/DF, 03 de junho de 2019.



INSTITUTO GEMOLOGICO DO BRASIL LTDA.

CNPJ 04.071.218/0001-98